

PORTARIA № 301, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

Revogada pela Portaria Ibram nº 633, de 31 de agosto de 2021

Dispõe sobre a instituição do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso IV do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro 2009 e no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Para atingir os objetivos do Programa Pontos de Memória, criado pela Portaria nº 315, de 6 de outubro de 2017, o IBRAM contará com um órgão de participação institucionalizada da sociedade denominado de Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, instância colegiada de caráter permanente e consultivo, que promoverá debates e proporá ações, estratégias e diretrizes com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social.

Art. 2º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será presidido pelo Presidente do Ibram, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

- 1. um representante do Departamento de Processos Museais DPMUS;
- 2. um representante do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus DDFEM;
- 3. um representante de ponto de memória da região norte;
- 4. um representante de ponto de memória da região nordeste;
- 5. um representante de ponto de memória da região centro-oeste;
- 6. um representante de ponto de memória da região sudeste;
- 7. um representante de ponto de memória da região sul;
- 8. um representante dos pontos de memória pioneiros;
- 9. dois representantes de redes temáticas de pontos de memória;
- 10. dois representantes de redes territoriais de pontos de memória.

§ 1º São considerados pontos pioneiros os pontos de memória da Terra Firme (PA), Grande Bom Jardim (CE), do Coque (PE), Jacintinho (AL), Beiru (BA), Taquaril (MG), Estrutural (DF), Museu de Favela - MUF (RJ), Grande São Pedro (ES), Museu de Periferia - MUPE (PR), Lomba do Pinheiro (RS).

§ 2º Nas faltas e impedimentos do Presidente, seu substituto legal presidirá as reuniões.

§ 3º Na ausência do Presidente e do Substituto, presidirá as reuniões do Comitê Consultivo o representante do DPMUS.

Art. 3º Os membros representantes dos pontos de memória que integrarão o Comitê Consultivo dos Pontos de Memória serão eleitos a cada dois anos, em votação presencial e/ou virtual, na forma estabelecida em Regimento Interno.

§1º Os representantes do DPMUS e do DDFEM serão indicados pelo Presidente do Ibram.

§2º Cada representante terá 1 (um) suplente que o substituirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular.

§4º Os membros titulares e suplentes serão designados pelo Presidente do Ibram.

§5º A representação dos pontos de memória na composição do primeiro mandato do comitê será exercida pelos 10 membros titulares, e seus respectivos suplentes, eleitos no 6º Fórum Nacional de Museus.

§6º O exercício da função de membro do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória não será renumerado e será considerado de relevante interesse público.

- Art. 4º Fica criada, dentro da estrutura do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória CCPPM, a Secretaria Executiva do Comitê Consultivo.
 - § 1º O representante do DPMUS exercerá a função de secretário executivo.
- § 2º O DPMUS prestará o apoio necessário para o funcionamento da Secretaria Executiva do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, devendo ser auxiliado pelas demais unidades do Ibram quando necessário.
 - Art. 5º Compete ao Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória:
- I Examinar, apreciar e propor diretrizes e ações relacionadas ao Programa Pontos de Memória, visando ao seu aprimoramento;
- II Examinar, apreciar e opinar sobre estratégias relacionadas ao intercâmbio nacional e internacional de experiências, atividades de troca de saberes entre os Pontos de Memória;
- III Estimular a criação de comissões distritais, estaduais e municipais de representação dos Pontos de Memória.
- IV Propor a elaboração de estudos e pesquisas, dentre outros instrumentos úteis à consecução de suas atribuições;
 - V Disponibilizar informações e dar publicidade às ações do Comitê Consultivo;
 - VI Elaborar e aprovar as disposições de seu Regimento Interno.
- Art. 6º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo:
- I Uma reunião virtual com a convocação da totalidade de seus membros e quórum mínimo de 5 (cinco) representantes, além do presidente e dos representantes do Ibram;
- II Uma reunião presencial com a convocação de pelo menos 5 (cinco) representantes indicados pelo próprio comitê, e quórum mínimo de 3 (três) representantes, além do presidente e dos representantes do Ibram.
- § 1º A reunião presencial do Comitê Consultivo será realizada no âmbito do Fórum Nacional de Museus, nos anos em que o evento for realizado;
- § 2º O Comitê Consultivo poderá se reunir extraordinariamente de forma virtual sempre que convocado por solicitação da maioria absoluta de seus integrantes.
- Art. 7º O Comitê Consultivo poderá criar ou convidar Grupos de Trabalho ou Comissões Temáticas de interesse comum que terão por finalidade subsidiar as discussões, proposições e encaminhamentos para tomada de decisões.
- Art. 8º É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do titular do órgão ao qual o colegiado esteja vinculado.
- Art. 9º O funcionamento do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será regulamentado por Regimento Interno, elaborado por este e aprovado pela Diretoria Colegiada do Ibram.
- Art. 10 Permanece em vigor o Regimento Interno estabelecido pela Portaria nº 329, de 31 de agosto de 2018.
 - Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo César Brasil do Amaral

Brasília, 09 de setembro de 2019

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União — DOU de 11 de setembro de 2019 (clique aqui)